

DOI: 10.22476/revcted.v6.id448

ISSN: 2447-4223

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: GRAMSCI, BOURDIEU E MÉSZÁROS

Marta Rosani Taras Vaz¹

 <https://orcid.org/0000-0002-6944-0341>

 Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Pedagogia, Irati, PR, Brasil

Submetido em: 09/04/2020

Aceito em 13/08/2020

Publicado em: 03/12/2020

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar três perspectivas teóricas que podem contribuir para a análise das políticas educacionais, contribuindo com este campo de investigação. Trata-se dos intelectuais Antônio Gramsci, Pierre Bourdieu e Istvan Mészáros, em seus textos, respectivamente, *Caderno 11* dos Cadernos de Cárcere Vol. 1, *Curso de 7 de fevereiro de 1991* (Sobre o Estado) e *A reconstrução necessária da dialética histórica*. Entendemos que esses autores, nos textos analisados especificamente, possuem divergências e convergências, além de trazer importantes contribuições para área da educação.

Palavras-chave: Bourdieu; Gramsci; Mészáros; Política Educacional.

THEORETICAL CONTRIBUTIONS TO THE ANALYSIS OF EDUCATIONAL POLICIES: GRAMSCI, BOURDIEU AND MÉSZÁROS

Abstract

This text aims to present three theoretical perspectives that can contribute to the analysis of educational policies, contributing to this field of investigation. These are the intellectuals Antônio Gramsci, Pierre Bourdieu and Istvan Mészáros, in their texts, respectively, Notebook 11 of Cadernos de Cárcere Vol. 1, Course of February 7, 1991 (About the State) and The necessary reconstruction of historical dialectics. We understand that these authors, in the texts analyzed specifically, have divergences and convergences, in addition to making important contributions to the area of education.

Keywords: Bourdieu; Gramsci; Mészáros; Educational politics.

¹ Professora do departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de História e Políticas Educacionais. Endereço para correspondência: Rua Pedro Choma, 174, Alto da Glória, Irati-PR. E-mail: martarosanni@hotmail.com.



CONTRIBUCIONES TEÓRICAS AL ANÁLISIS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS: GRAMSCI, BOURDIEU Y MÉSZÁROS

Resumen

Este texto tiene como objetivo presentar tres perspectivas teóricas que pueden contribuir al análisis de las políticas educativas, contribuyendo a este campo de investigación. Se trata de los intelectuales Antônio Gramsci, Pierre Bourdieu e Istvan Mészáros, en sus textos, respectivamente, Cuaderno 11 de *Cadernos de Cárcere Vol. 1*, Curso del 7 de febrero de 1991 (Sobre el Estado) y *La necesaria reconstrucción de la dialéctica histórica*. Entendemos que estos autores, en los textos analizados específicamente, tienen divergencias y convergencias, además de realizar importantes aportes al área de la educación.

Palabras clave: Bourdieu; Gramsci; Mészáros; Políticas educativas.

1. Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar brevemente algumas contribuições de Antônio Gramsci, Pierre Bourdieu e Istvan Mészáros para a análise das políticas educacionais. Entendemos que esses autores são três clássicos da literatura mundial e suas vastas obras devem ser estudadas na totalidade, contudo, buscamos apresentar contribuições desses autores a partir de três textos, especificamente, *Caderno 11 dos Cadernos de Cárcere Vol. 1* de Gramsci, *Curso de 7 de fevereiro de 1991 (Sobre o Estado)* de Bourdieu e *A reconstrução necessária da dialética histórica* de Mészáros.

As pesquisas do campo da Política Educacional buscam fundamentação teórica em diferentes correntes e pensadores, da antiguidade à contemporaneidade, dentre tantos, Gramsci, Bourdieu e Mészáros se constituem como referências importantes para a área. Este texto está organizado em dois momentos, sendo que, o primeiro, sistematiza a exposição dos elementos centrais dos autores e seus textos analisados. Por fim, reflete sobre as divergências e convergências entre eles, tendo em vista suas contribuições para a área da educação.

2. Gramsci, Bourdieu e Mészáros: estabelecendo uma relação entre suas críticas e o campo das políticas educacionais

Antônio Gramsci é um filósofo italiano do início século XX, nascido em Ales na Itália, no 22 de janeiro de 1891, e morto em Roma, no dia 27 de abril de 1937. Gramsci foi influenciado pelo pensamento marxista e deu continuidade teórica à essa corrente filosófica com contribuições acerca de diversos temas, sobre política, direito, cultura, linguística, socialismo, educação, entre outros. Por essa razão, seus escritos são lidos em diversas áreas das ciências humanas, seja na sociologia, na filosofia, na educação, no direito, dentre outras.

É importante destacar que suas obras são divididas em dois momentos de sua vida – o que não significa que ocorra uma ruptura de seu pensamento: Escritos políticos (Pré-carcerário) e Cadernos de Cárcere. No primeiro grupo, são organizados centenas de textos produzidos para jornais e outros fins, no geral são textos curtos, mas com discussões importantes, que podem ser lidos na atualidade, nos auxiliando com a interpretação da conjuntura atual. No segundo grupo, temos os escritos redigidos durante o longo período do cárcere, nos quais Gramsci buscou deixar uma contribuição teórica mais elaborada.

O escrito que buscamos sintetizar neste texto é o *Caderno 11 (1932-1933)*, chamado *Introdução ao estudo da filosofia*, organizado no volume 1 dos *Cadernos de Cárcere* pela editora Civilização Brasileira.

Neste escrito, Gramsci faz uma crítica ao *Ensaio Popular (A teoria do Materialismo Histórico – Manual Popular de Sociologia Marxista - 1921)* de Bukharin. De acordo com Schlesener (2005, p. 2), “a crítica ao Manual Popular de Bukharin apresenta-se como uma rigorosa demonstração dos limites das posições mecanicistas e dogmáticas que estariam presentes tanto na base da política soviética quanto na postura de determinados intelectuais da social-democracia italiana”. Ao decorrer de sua crítica, Gramsci elabora conceitos importantes para que compreendamos a relação entre filosofia, senso comum, política, cultura, ideologia e marxismo. Para ele, é preciso entender como se forma o senso comum e entende-lo como um conjunto de conhecimentos dispersos que contribuem para justificar um momento histórico e sustentar um tipo de hegemonia.

Ao longo de seus escritos, Gramsci compreende que há uma relação entre filosofia (comum) e senso comum, na qual a política é mediadora. Para romper como a subordinação

sustentado pelo senso comum é necessário elevar o espírito filosófico da coletividade, pois, para ele, a filosofia não é nem pode ser um saber só dos intelectuais acadêmicos.

A filosofia da práxis, para Gramsci (1999, p. 101), deve se apresentar “como crítica do senso comum[...] e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais”. Nesse sentido, Gramsci compreende que há uma unidade entre teoria e prática, pois ela se expressa no fato de os intelectuais sejam representantes orgânicos de determinada classe.

A respeito da ideologia, Gramsci faz a crítica ao marxismo mecânico ou vulgar, estabelecendo que ideologia não pode ser compreendida no sentido vulgar, como é o caso da ideologia como “falsa consciência” ou “ciência das ideias”. Para ele, a ideologia tem “[...] o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”. (GRAMSCI, 1999, p.98-99).

Nesse sentido, Gramsci rompe com a ideia de que a ideologia é igual a falsificação do real, produzida pela classe dirigente e difundido mecanicamente nas classes dominadas, ou que ideologia é igual a “ciência das ideias”. É verdade que esta concepção vulgar de ideologia é oriunda de uma determinada tradição marxista, mas é incorreto atribuir ao marxismo, como um todo, essa interpretação. Se tomarmos como exemplo, Gramsci, Lukács e o próprio Marx, veremos que a ideologia é um conjunto de ideias, pensamentos e costumes de grupos variados, que pode sim ser carregada de falsificação do real, mas também pode revelar um projeto societário e se mostrar positivamente na sociedade.

Esse entendimento de ideologia em Gramsci, tem relação com a compreensão do autor de que a filosofia não é só um conhecimento acadêmico, mas é um conhecimento social, com teor político. A preocupação em Gramsci é entender como o senso comum é sustentado e contribui para a manutenção da hegemonia dominante. A filosofia da práxis, nesse sentido, é a filosofia das massas e não é meramente a filosofia dos intelectuais da academia. A filosofia da práxis, desse modo, é política e ideológica, e tem a responsabilidade de compreender e desmistificar o senso comum, o qual é permeado de conhecimentos genéricos e, muitas vezes, desconexos. Mas, para isso, é preciso partir do senso comum e da cultura popular e depois fazer a crítica necessária.

Quando Gramsci (1999, p.120) nos diz que “[...] no Ensaio Popular, a filosofia da práxis não é uma filosofia autônoma e original, mas a ‘sociologia’ do materialismo metafísico”, ele está chamando a atenção para os erros teóricos e metodológicos que convertem o marxismo numa pura ciência (no sentido positivista) e o distancia (portanto, metafísico) da realidade política, ideológica e cultural das camadas populares. Dessa forma, Gramsci, neste escrito, contribui ainda com discussões relativas à ciência e ao método, discutindo o que subjetividade, objetividade, dialética, historicismo, instrumentos científicos, entre outros temas.

Gramsci, acredita que devemos compreender o marxismo como uma filosofia que basta a si mesma e, portanto, original. Mas não podemos esquecer que a filosofia da práxis tem um caráter historicista e, desse modo, a “verdade” não pode ser tida como eterna e absoluta. Essa compreensão resulta em concepções vulgares do materialismo (metafísico, pelo caráter eterno), como está explícito no Ensaio Popular.

Por sua vez, Pierre Bourdieu é um sociólogo francês que nasceu em 1 de agosto de 1930, em Denguin, e morreu em 23 de janeiro de 2002, em Paris. É um autor bastante lido em várias áreas do conhecimento, já que seus escritos não se restringem à sociologia, pois traz contribuições sobre educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política.

Dentre suas principais obras, estão: *A Dominação Masculina* de 1998; *O Senso Prático* de 1980; *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino* de 1970; *Questões de Sociologia* de 1980; *A Economia das Trocas Simbólicas* de 1982; *O Poder Simbólico* de 1989; *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário* de 1992; *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação* de 1994; *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos* de 2002; *As Estruturas Sociais da Economia* de 2000; *A Miséria do Mundo* de 1993; *Para uma Sociologia da Ciência*.

No caso do texto estudado, trata-se de um Curso proferido por Bourdieu em 7 de fevereiro de 1991, com discussões acerca do Estado e do seu poder simbólico, este material se encontra organizado no livro *Sobre o Estado*. Neste curso, Bourdieu parte da problematização de como o Estado, instituição governada pela minoria, consegue exercer o poder sobre a grande a maioria da população. Partindo das contribuições de outros teóricos

como Hume, Durkheim, Kant e Weber, Bourdieu avança no sentido que compreende o poder estatal como um poder simbólico.

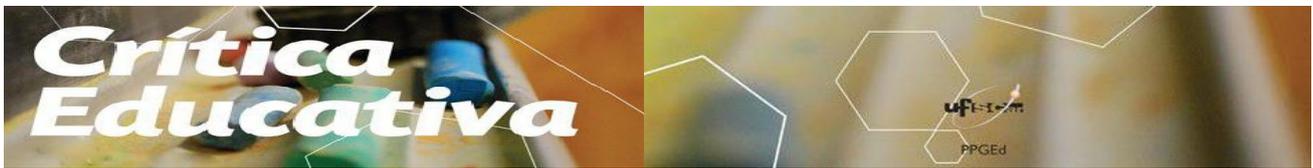
Para ele, “[...] se as relações de força fossem apenas relações de força física, militares, ou meramente econômicas, é provável que fossem infinitamente mais frágeis e fáceis de converter”. (BOURDIEU, 2014, p. 303). De acordo com ele, o fato de a minoria conseguir governar a maioria só pode ser entendido a partir do poder simbólico, este que exerce uma força invisível e que nos faz esquecer de sua existência.

As relações de força mais brutais são relações simbólicas para Bourdieu, podemos pensar que o inverso também é válido, já que são as relações simbólicas que permitem a obediência frente a força física brutal. Mas, para Bourdieu, engana-se quem pensa que não há atos cognitivos nos atos de submissão e obediência, uma vez que os agentes sociais possuem estruturas mentais e cognitivas.

Nesse sentido, o “Estado, parece-me, deve ser pensado como produtor de princípios de classificação, isto é, de estruturas capazes de serem aplicadas a todas as coisas do mundo, em especial às coisas sociais”. (BOURDIEU, 2014, p. 307). Mas, para o autor, é preciso entender que essas formas de classificação são relativas à estrutura de um grupo considerado, ou seja, pertencem à um determinado momento histórico. Para Bourdieu (2014, p.312), o Estado tem o poder de produzir uma sociedade ordenada sem necessariamente dar ordem, “é o principal produtor de instrumentos de construção da realidade social”.

Por sua vez, no texto referido de Mészáros, o Estado é entendido como a superestrutura jurídica e política do capital, mas não somente como superestrutura, pois se constitui numa estrutura jurídica e política do capital, sendo que “[...] foi constituído dialeticamente por meio de sua necessária interação recíproca com a base material altamente complexa do capital.” O autor considera que “[...] o sistema do capital tem três pilares interligados: capital, trabalho e Estado,” que exercem reciprocidade influência. (MÉSZÁROS, 2015, p.29).

Nesse sentido, o Estado “[...] não foi apenas moldado pelas fundações econômicas da sociedade, como também moldou de forma bastante ativa a realidade multifacetada das manifestações reprodutivas do capital no decorrer de suas transformações históricas.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 235). Para esta perspectiva, há uma relação de reciprocidade entre



capital e Estado, sendo que, em determinados momentos históricos, a forma em que o Estado esteve organizado se modificou conforme as necessidades de reprodução do capital.

Segundo Mézáros (2011, p.235) “o Estado moderno não foi formado como resultado de alguma determinação econômica direta, como um afloramento superestrutural mecânico”. Essa observação do autor chama a atenção para que compreendamos a relação entre Estado e Capital a partir de um olhar dialético. Nessa perspectiva,

O Estado não foi apenas moldado pelas fundações econômicas da sociedade, como também moldou de forma bastante ativa a realidade multifacetada das manifestações reprodutivas do capital no decorrer de suas transformações históricas, tanto ascendente como na fase descendente de desenvolvimento do capital. (MÉSZAROS, 2011, p. 235).

Compreendendo dessa forma, que o Estado está além da superestrutura, o autor acredita que em determinados momentos históricos o Estado teve uma atuação fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Para ele, “no decurso do desdobramento histórico do sistema do capital, a superestrutura política e legal assumiu um papel ainda mais preponderante”. (MÉSZAROS, 2011, p. 236).

Na esteira desse pensamento, é possível afirmar que o Estado vem assumindo um papel essencial de coerção da ideologia dominante e de “salvificador” da crise do capital. Para Mézáros (2011), o Capital adentra em uma crise estrutural, pois se depara com seus limites mais estruturais, um deles é a sua incontornabilidade expansiva e inconsciente – aplicando dinheiro público em fundos privados e facilitando novos campos de exploração, ou seja, abrindo novos mercados para o Capital. Essa relação cada vez mais intrínseca, entre Estado e Capital, ultrapassa os setores relacionados diretamente a economia, pois perpassa por diversos setores, dentre eles o da educação.

É válido destacar que o processo de aprovação de políticas, em especial aquelas voltadas para o setor educacional, está situado no contexto de luta de classes, onde diversos interesses estão em jogo. Essa realidade faz com que em determinados momentos, a depender da pressão que determinada classe exerce sobre o Estado, seja legitimado os interesses a favor da classe dominada. Por isso, é necessário compreender as políticas educacionais do ponto de vista desta contradição.

3. Convergências e divergências

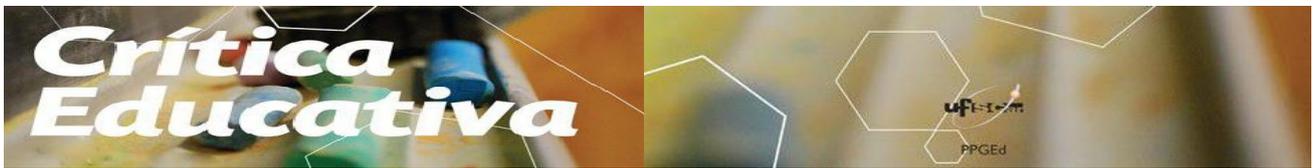
Entendemos, com base nos textos analisados, que os três autores, mesmo que estudado sob o ponto de vista de apenas três textos, trazem contribuições oportunas para a análise da política educacional. Sabemos que a Política Educacional vem se constituindo em um campo de pesquisa e investigação que, segundo Mainardes (2018, p. 187), é [...] um campo abrangente, complexo e em permanente expansão”. Para o autor,

De modo geral, os estudos de políticas educacionais abordam os seguintes as seguintes questões: a) Estudos de natureza teórica sobre temas relacionados à política educacional (Estado, neoliberalismo, as relações entre o setor público e o privado, fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa sobre políticas educacionais, epistemologias da política educacional, entre outros); b) Análise de políticas (implementação, avaliação, etc.); c) Políticas educacionais e gestão (educacional e escolar); d) Legislação educacional; e) Financiamento da educação; f) Políticas curriculares; g) Políticas voltadas ao trabalho docente (formação, valorização, carreira, etc.); h) Questões relacionadas às demandas educacionais, oferta, acesso, qualidade, direito à educação, movimentos de luta pela garantia do direito à educação. (MAINARDES, 2018, p. 187).

Nesse sentido, o campo da Política Educacional está estritamente relacionado com as discussões que permeio o Estado e a ideologia, voltando-se para os dilemas da educação. As pesquisas desse campo, nesse sentido, buscam nos intelectuais, como os apresentados neste texto, fundamentos teóricos para a análise de seus objetos de estudo, sejam eles sobre políticas, programas, legislações, etc.

Mesmo não abordando esses temas em específicos, os autores apresentados aqui estão preocupados com as questões relativas ao Estado e, sobretudo, a submissão da massa da população aos interesses de uma minoria por ele representada.

De um lado, Gramsci discorre sobre a relação da filosofia (e da filosofia da práxis) com o senso comum, alertando que é preciso romper com esse conjunto genérico e difuso de conhecimentos do senso comum, é preciso atribuir a essas massas um conhecimento filosófico, tendo em vista que todos somos filósofos. Embora Gramsci não se debruce a questão da hegemonia e do Estado neste Caderno especificamente, podemos já vislumbrar sua concepção de Estado e o importante conceito de hegemonia.



Com base nessas discussões, compreendemos que as políticas educacionais, enquanto determinações do Estado – mas se entende aqui Estado no sentido ampliado, são resultado de um consenso estabelecido na sociedade. Somente este consenso explica porque o Estado consegue aval das camadas populares para aprovação de políticas que, muitas vezes, prejudicam esses mesmos grupos. Para Gramsci, a hegemonia do Estado sob a maior parte da população não é meramente econômica e política, é cultural e ideológica. O Estado, desse modo, só consegue exercer a sua dominação porque tem o poder hegemônico, poder de convencimento, no qual o senso comum é fundamental.

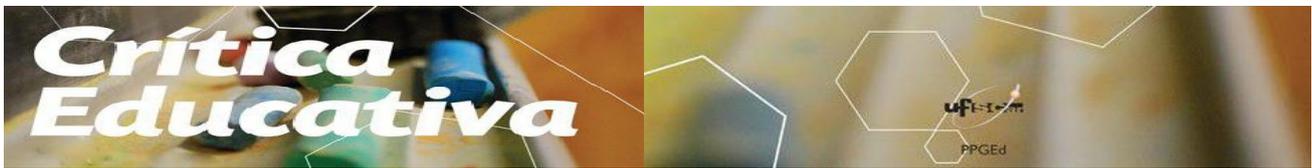
De modo semelhante, Bourdieu se preocupou com a passividade das massas frente a dominação do Estado. Para ele, é a violência simbólica (poder simbólico do Estado) que sustenta esta submissão e permite que legislações contra essa grande maioria sejam efetivadas. Nesse sentido, a política educacional demanda, na maioria das vezes, dessa violência simbólica para ser consolidada.

Apesar desta convergência, é importante lembrar que ambos os autores possuem também divergências, devido a tradição filosófica em que se inserem. A exemplo disso, podemos observar os encaminhamentos que os dois autores trazem a essa problemática. Enquanto Pierre Bourdieu mira na psicanálise para compreender o consentimento da maioria frente a violência simbólica, Antônio Gramsci atribui um importante papel ao partido, aos intelectuais e à filosofia da práxis na inversão do poder hegemônico sustentado pelo senso comum.

Por fim, Mészáros converge no sentido da crítica direcionada ao Estado, mas se diferencia na medida em que evidencia a natureza insustentável do capital e sua íntima relação com a natureza contraditória do Estado. Ao fazer uma crítica radical à essa instituição, aponta para a necessidade de sua superação.

4. Considerações finais

Com base no que foi apresentado, podemos concluir que ambos os autores, Gramsci, Bourdieu e Mészáros, são referências sólidas para os estudiosos da Educação e da Política Educacional. Apesar de divergências, oriundas da própria tradição teórica e epistemológica



em que se inserem, ambos possuem convergências no que tange a crítica a ordem política e social vigente.

Desse modo, os textos analisados aqui podem contribuir para variadas discussões temáticas que são objeto de estudo da política educacional, procurando desvelar o caráter ideológico, formador, hegemônico, contraditório e dominador do Estado e suas ações políticas. É importante ressaltar que este texto não teve pretensão de esgotar as contribuições destes três clássicos, mas apenas fazer um paralelo com base em três textos específicos dos autores. Apontamos, desse modo, para a necessidade de ampliarmos essa discussão em estudos futuros.

5. Referências

BOUDIEU, P. Curso de 7 de fevereiro de 1991. In: BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933): Introdução ao estudo da filosofia. IN: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MAINARDES, J. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista (Sorocaba)**, vol.4, n.1, jan./abr. 2018.

MÉSZÁROS, I. A reconstrução necessária da dialética histórica. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Orgs.). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SCHLESENER, A. H. **A crítica gramsciana ao revisionismo de Marx na leitura do ensaio popular de Bukharin**. Anais do 4º Colóquio Marx e Engels, Campinas, 2005.